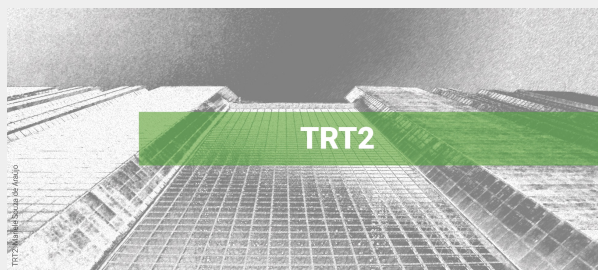


N. 35

Período: 8 a 12 set. 2025



Portaria n. 46/DGA, de 5 de setembro de 2025

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 47/DGA, de 10 de setembro de 2025

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 48/DGA, de 10 de setembro de 2025

Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Edital de promoção n. 27, de 8 de setembro de 2025. Proad n. 47811/2025

Comunica a abertura de concurso de promoção para provimento do cargo de Juiz Titular da 6ª Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo.

Ato n. 3/GP.VPJ, de 9 de setembro de 2025

Altera o Ato n. 1/GP.VPJ, de 24 de maio de 2019, que dispõe sobre os procedimentos referentes à suspensão de processos em virtude de demandas repetitivas, incidente de assunção de competência, controle concentrado de constitucionalidade, repercussão geral, para tratar sobre o termo inicial da cessação da suspensão de processos em virtude de precedentes qualificados.

Edital n. 6, de 11 de setembro de 2025, resultado preliminar das provas objetiva e discursiva. Concurso público

Divulga o resultado preliminar das provas objetiva e discursiva do Concurso Público para provimento de cargos e formação de cadastro de reserva de cargos do quadro permanente de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, bem como informações referentes aos recursos.

CSJT

[Resolução n. 416/CSJT, de 29 de agosto de 2025](#)
Referenda o Ato Conjunto n. 34/CSJT.GP.ENAMAT, de 4 de junho de 2025, que disciplina a convocação, as atribuições e as tarefas dos magistrados que atuam como juízes auxiliares das escolas judiciais.

[Resolução n. 417/CSJT, de 29 de agosto de 2025](#)
Referenda o Ato n. 58/CSJT.GP.SG.SEOFI, de 6 de agosto de 2025, que dispõe sobre a aplicação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 7641 nos exercícios de 2025 e 2026.

[Resolução n. 418/CSJT, de 29 de agosto de 2025](#)
Dispõe sobre a tramitação preferencial em processos judiciais da Justiça do Trabalho de Primeiro e Segundo Graus e que envolvam gestantes, lactantes e puérperas.

[Resolução n. 419/CSJT, de 29 de agosto de 2025](#)
Regulamenta os critérios para reconhecimento administrativo de direitos de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, bem como para a apuração dos valores decorrentes.

Ministério da Previdência Social

[Resolução n. 13/MPS, de 27 de agosto de 2025](#)
Aprova a criação do Enunciado n. 19 do CRPS, que trata sobre a carência para o benefício de salário-maternidade, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade decidida na ADI 2110.

[Portaria n. 1.806/SRGPS.MPS, de 9 de setembro de 2025](#)
Dispõe sobre os procedimentos para comprovação do direito à indenização por dano moral e à pensão especial previstas nos arts. 1º e 2º da Lei n. 15.156, de 1º de julho de 2025, destinadas à pessoa com deficiência permanente decorrente da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

Advocacia-Geral da União

[Orientação Normativa n. 101/AGU, de 8 de setembro de 2025](#)
Recomenda que os contratos regidos pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, como previsto no caput do art. 105, podem ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes

TST

[Resolução Administrativa n. 2.772/TST, de 1º de setembro de 2025](#)
Referenda o Ato n. 461/CLEP. SEGPPES. GDGSET. GP, de 6 de agosto de 2025, que altera o Ato n. 480/TST. DILEP. SEGPPES. SESAUD. CPAI. GP, de 10 de dezembro de 2020, que regulamenta a concessão de condições especiais de trabalho ao servidor com deficiência ou doença grave ou que tenha filhos ou dependentes legais na mesma condição no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

Poder Legislativo

[Lei n. 15.198, de 8 de setembro de 2025](#)
Dispõe sobre ações relacionadas ao enfrentamento do parto prematuro e institui o Novembro Roxo, o Dia Nacional da Prematuridade e a Semana da Prematuridade.

[Lei n. 15.199, de 8 de setembro de 2025](#)
Institui a campanha Setembro Amarelo, o Dia Nacional de Prevenção da Automutilação e o Dia Nacional de Prevenção do Suicídio.

[Lei n. 15.202, de 11 de](#)

Ato n. 71/
CSJT.GP.SG.SEGGEST, de 10
de setembro de 2025
Aprova a atualização e a
revisão do Guia de
Contratações Sustentáveis
da Justiça do Trabalho.

Ministério do Trabalho e Emprego

Portaria n. 1.506/MTE, de 9
de setembro de 2025
Altera a Portaria n. 435/MTE,
de 20 de março de 2025,
para adequar
procedimentos para a
consignação dos descontos
em folha de pagamento, de
que trata o art. 1º da Lei n.
10.820, de 17 de dezembro
de 2003, com redação dada
pela Lei n. 15.179, de 24 de
julho de 2025.

Conselho Nacional do Ministério Público

Recomendação de Caráter
Geral n. 7/CNMP, de 9 de
setembro de 2025
Altera o preâmbulo e o art.
1º, § 2º, inciso I, da
Recomendação de Caráter
Geral n. 3/CNMP, de 6 de
março de 2025, que
recomenda a adoção de
medidas que fortaleçam a
atuação dos Ministérios
Públicos da União e dos
Estados com perspectiva de
gênero, visando consolidar
uma cultura jurídica que
reconheça e garanta os
direitos de todas as
mulheres e meninas.

sejam integralmente
empenhadas até 31 de
dezembro, permitindo-se,
assim, sua inscrição em
restos a pagar.

Portaria Normativa n. 194/
AGU, de 10 de setembro de
2025

Dispõe sobre as atividades e
os fluxos entre os órgãos de
contencioso e de
consultoria da Advocacia-
Geral da União para atuação
em processos estruturais.

Congresso Nacional

Emenda Constitucional n.
136, de 9 de setembro de
2025

Altera a Constituição
Federal, o Ato das
Disposições Constitucionais
Transitórias e a Emenda
Constitucional n. 113, de 8
de dezembro de 2021, a fim
de instituir limite para o
pagamento de precatórios
pelos Estados, pelo Distrito
Federal e pelos Municípios e
de estipular novo prazo de
parcelamento especial de
débitos dos Estados, dos
Municípios e do Distrito
Federal com seus regimes
próprios de previdência
social e dos Municípios com
o Regime Geral de
Previdência Social; e dá
outras providências.

setembro de 2025
Autoriza a criação da
Carteira Nacional de
Docente no Brasil (CNDB).

CNJ

Resolução n. 635/CNJ, de 9
de setembro de 2025

Altera a Resolução n. 439/
CNJ, de 7 de janeiro de
2022, que autoriza os
tribunais a instituírem
programas de residência
jurídica.

Resolução n. 636/CNJ, de 9
de setembro de 2025

Altera a Resolução n. 156/
CNJ, de 8 de agosto de 2012,
que proíbe a designação
para função de confiança ou
a nomeação para cargo em
comissão de pessoa que
tenha praticado os atos que
especifica, tipificados como
causa de inelegibilidade
prevista na legislação
eleitoral.

STF

Resolução n. 884/STF, de 8
de setembro de 2025

Institui o Programa STF
+Seguro no âmbito do
Supremo Tribunal Federal e
dá outras providências.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal